

NOTÍCIAS

301 | Fevereiro 2024 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

DEVOLVIDO AOS AGRICULTORES METADE DO DINHEIRO CORTADO EM JANEIRO



Os agricultores penalizados em janeiro com cortes nos pagamentos dos ecorregimes receberam a 23 de fevereiro metade das verbas em falta. Quer isto dizer que o IFAP repôs metade do corte de 35% para a Agricultura Biológica, e metade do corte de 25% para a Produção Integrada. A reposição do restante está prevista para março.

Estando a reposição dos 60 milhões de euros dependente de um pedido de autorização do Governo de Portugal à Comissão Europeia, a CAP considera que os esforços de influência por si desenvolvidos foram decisivos para conseguir esta solução, neste espaço de tempo. Para tal concorreu o compromisso obtido por parte do Governo português, na pessoa do primeiro-ministro, de reverter os cortes

efetuados nos pagamentos respeitantes aos ecorregimes, e o encontro, na passada semana, com o Comissário da Agricultura Janusz Wojciechowski para sublinhar a necessidade de uma rápida autorização para que os pagamentos pudessem ser repostos em conformidade com os requisitos comunitários. A CAP relembra que esta situação atual decorre de três fatores: erros de programação do PEPAC; atrasos nos pagamentos devidos aos agricultores; e inércia da tutela da Agricultura para corrigir os erros e agir atempadamente. No que se refere aos erros do PEPAC, a Confederação já apresentou ao Governo propostas para evitar que esta situação se repita em 2024, reiterando a importância da construção de soluções no quadro do diálogo associativo com o Governo e a Administração Pública.

AGRICULTORES PARAM BRUXELAS DURANTE O CONSELHO DE MINISTROS DA AGRICULTURA

destruidoras da agricultura europeia. Assim aconteceu durante o último Conselho dos Ministros da Agricultura e Pescas (AGRIFISH), que decorreu em Bruxelas no dia 26 de fevereiro. Enquanto movimento de cúpula das organizações agrícolas europeias, o COPA-COGECA organizou uma grande manifestação no centro do bairro europeu, na

expectativa de que a Carta Aberta que tinha enviado à Comissão e aos Chefes de Estado dias antes fosse reconhecida como um documento de trabalho construtivo e apaziguador. O Secretário-Geral da CAP, presente no protesto, confirmou que os agricultores esperavam “que os anúncios feitos pela presidente da Comissão fossem concretizados em legislação

comunitária de aplicação imediata nos diversos Estados-membros para corrigir a situação atual”. De acordo com Luís Mira, “este é o momento de mudar as regras do jogo, de simplificar os Planos Estratégicos da Política Agrícola Comum e de recuperarmos competitividade no espaço europeu”.

Ao cabo de meses de contestação, os protestos dos agricultores europeus não dão quaisquer sinais de abrandamento. Pelo contrário, o sector tem robustecido as ações de protesto à medida que os políticos europeus insistem em não os ouvir e em continuar a apoiar políticas



Índice

- Carta Aberta do COPA-COGECA
- CAP desfaz milhões da ministra
- Pagamentos do IFAP em fevereiro e março
- Caça ao javali autorizada em ZCT
- Posição de Portugal no Conselho de Agricultura
- Comissão admite alternativa ao pouso
- Concurso de fotografia
- Segurança alimentar e sanidade vegetal passam para DGAV
- Portugal Sou Eu | Paladin foi a única marca portuguesa finalista nos Gulfood Innovation Awards

& dito & escrito

“Acredito que em 2024 a taxa de abstenção em território nacional baixará consideravelmente. A não ser que a maioria acredite que a votação se faz nas redes sociais, nos cafés, nos táxis e nos restaurantes.”

Vitor Rainho
Jornalista
Jornal i, 27/02/2024

“Ter um Ministério da Agricultura que seja atuante e possa estar perto dos agricultores e interagir com eles, diminuindo a carga burocrática, ajudando na utilização de recursos financeiros, nomeadamente em sede de fundos europeus e tratando, na parte que as políticas públicas podem fazer, de dar mais competitividade à agricultura.”

Luís Montenegro,
Presidente do PSD
Agência Lusa, 27/02/2024

“Primeiro vencer eleições, depois pensar num governo. Mas, obviamente, o CDS deverá lá estar [no governo].”

Nuno Melo
Presidente do CDS
Sapo online, 28/02/2024

“A agricultura é determinante para a nossa alimentação. Ela é central também na nossa identidade cultural, não só económica e, por isso, a agricultura terá uma grande centralidade no nosso projeto.”

Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS
Correio da Manhã, 02/02/2024

“Eu estou esclarecido e vou votar antecipado. A comunicação social cumpriu uma missão muito difícil e os portugueses sabem exatamente o que propõe cada candidato.”

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República
Expresso online, 28/02/2024

COPA-COGECA ENVIA CARTA ABERTA À COMISSÃO

“A resposta aos protestos dos agricultores é recolocar a agricultura no centro da estratégia da UE”

copa * **cogeca**

european farmers

european agri-cooperatives

Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro,

A agricultura e a silvicultura têm sido a pedra angular do projeto europeu devido à sua importância estratégica. Os nossos sectores produzem uma vasta gama de produtos de base fundamentais para garantir a segurança alimentar de 450 milhões de consumidores da UE, sendo também os maiores exportadores mundiais de produtos alimentares e agrícolas.

Os agricultores são os primeiros a sentir as consequências de fenómenos meteorológicos extremos, ao mesmo tempo que contribuem para a transição ecológica, reduzindo as emissões e armazenando carbono, sendo os guardiões das zonas rurais e da biodiversidade. Além disso, participamos ativamente em iniciativas de agricultura e silvicultura sustentáveis e inteligentes em termos climáticos nas nossas regiões.

Nos últimos anos, as vozes dos agricultores e das cooperativas agrícolas europeias têm-se tornado cada vez mais vitais, mas as nossas preocupações não têm sido ouvidas. Em vez disso, muitos decisores parecem ver o nosso sector apenas como um problema, ignorando as centenas de milhares de iniciativas virtuosas de sustentabilidade e negligenciando a importância estratégica da agricultura e da silvicultura no projeto europeu. Ao permitir que a polarização predomine na elaboração de políticas, estamos a perder tempo precioso em vez de nos basearmos na ciência e no feedback prático. Os agricultores e as agro-cooperativas europeias são parte da solução!

Estamos confrontados com uma convergência sem paralelo de desafios económicos, climáticos e sociais e outros obstáculos que põem em perigo a subsistência e a competitividade de muitos agricultores. Muitos de nós encontram-se encurralados entre a escalada dos custos e as pressões de mercado exercidas por alianças de compras que operam nos Estados-Membros. Além disso, certos aspectos da política comercial da UE estão a exercer uma pressão insustentável sobre alguns dos nossos produtos essenciais, dificultando a nossa capacidade de aceitar plenamente as transições necessárias.

Os impactos dos fenómenos climáticos extremos e das tensões geopolíticas estão

a ter consequências imediatas nas nossas comunidades rurais e na capacidade do nosso sector para continuar a fornecer à sociedade produtos de base a preços acessíveis. Como é que podemos preparar eficazmente a renovação das gerações nestas circunstâncias? Estes desafios foram exacerbados por restrições e regulamentos adicionais da União Europeia. O Pacto Ecológico para a agricultura foi um *tsunami* de regulamentação, com demasiadas consultas apressadas, objectivos do topo para a base sem avaliação e propostas apresentadas sem estudos de viabilidade.

O número crescente de protestos legítimos dos agricultores nas últimas semanas e meses realça a necessidade premente da União Europeia voltar a centrar as suas políticas nas zonas rurais, na agricultura e na silvicultura. Os nossos membros apoiam as manifestações pacíficas. Nunca é demais sublinhar este facto. Não encorajaremos qualquer ação que vá contra as regras estabelecidas pela nossa sociedade democrática.

No entanto, os nossos agricultores, proprietários florestais e cooperativas agrícolas precisam de estabilidade, visibilidade e previsibilidade para poderem encarar o futuro com confiança. Deve ser promovido um modelo cooperativo competitivo que vise melhorar o poder de negociação dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar, facilitar investimentos conjuntos que permitam aos agricultores obter mais valor acrescentado para os seus produtos e incentivar a sustentabilidade económica, social e ambiental dos agricultores.

A nossa autonomia produtiva e a transição para uma Europa com impacto neutro no clima devem ser a bússola estratégica da UE. Hoje, como membros do COPA e do COGECA, sublinhamos a necessidade urgente de dar resposta às preocupações levantadas pelos milhares de agricultores que protestam e de oferecer uma perspectiva de longo prazo para o sector.

A curto prazo, a atenção deve ser direccionada para os seguintes aspectos:

1. Adotar medidas urgentes para simplificar o trabalho e a vida dos agricultores e introduzir medidas de incentivo que façam a diferença. Isto implica a eliminação de quaisquer encargos administrativos

excessivos incompatíveis com as condições agronómicas, bem como de legislação de tamanho único e de cima para baixo. Por conseguinte, congratulamo-nos com um pacote de simplificação destinado a dar resposta às preocupações dos agricultores. A este respeito, apelamos à Comissão Europeia para que conceda derrogações aos requisitos de condicionalidade (por exemplo, BCAA 1, BCAA 6, BCAA 7), aos regimes ecológicos e aos compromissos agroambientais e climáticos neles baseados. Deve ser dada especial atenção às BCAA 2 para evitar qualquer impacto económico negativo associado à sua aplicação. Já foi dado um passo preliminar (embora parcial e insuficiente) para 2024 no que respeita às BCAA 8.

2. Melhorar a proposta da Comissão relativa à renovação das medidas comerciais autónomas para a Ucrânia (MCA), incluindo os cereais, as oleaginosas e o mel no sistema de medidas de salvaguarda automáticas proposto para as aves de capoeira, os ovos e o açúcar. Solicitamos igualmente que o período de referência para este sistema seja alterado dos volumes médios de 2022/2023 para os volumes médios de 2021/2022. Deve ser garantido um apoio específico aos serviços aduaneiros nas fronteiras com a Ucrânia.

3. Assegurar a reciprocidade das normas de produção agrícola e condições de concorrência equitativas no nosso comércio. Enviar uma mensagem forte e suspender o acordo UE-Mercosul na sua forma atual.

4. Assegurar que as explorações agrícolas europeias recebam uma remuneração justa na cadeia alimentar, através da aplicação urgente e efectiva da diretiva relativa às práticas comerciais desleais em cada Estado-Membro, de uma distribuição mais justa dos preços ao longo da cadeia e de uma proibição efectiva das vendas abaixo do custo.

5. Defender um avanço na instalação de NTG da categoria 1, a fim de transmitir uma mensagem de vanguarda ao nosso sector no que respeita à inovação e a soluções práticas.

6. Regulamentos adicionais como a Diretiva relativa às Emissões Industriais (DEI), a Lei da Restauração da Natureza (NRL) e as Embalagens e Resíduos de Embalagens, que ainda estão a ser debatidos pelos legisladores da UE, representam abordagens impostas “do topo para a base” sem meios, transições e financiamento adequados. Esta situação deve ser corrigida e refletir, sempre que necessário, os mandatos do Parlamento Europeu. A aplicação no terreno destes actos legislativos na forma que está a ser finalizada conduzirá provavelmente a uma perda de competitividade, a um aumento dos custos e dos encargos administrativos para os nossos membros, bem como a mal-entendidos e rejeição.

7. Esperamos obter apoio para uma decisão positiva urgente sobre a proposta

da Comissão de alterar os anexos da Convenção de Berna para permitir a gestão das populações de lobos, o que beneficiaria os agricultores e as comunidades rurais em toda a UE.

Nas próximas semanas e meses, será necessário avaliar o impacto do Pacto Ecológico no sector agrícola e aprender com ele. Para o mandato de 2024-2029, defendemos uma regulamentação reduzida e de maior qualidade. Numa primeira fase, será crucial elaborar um inventário global do impacto da legislação aprovada, dando simultaneamente tempo para consultas e debates técnicos sobre qualquer nova iniciativa.

Nestes tempos difíceis, apreciamos o gesto e a vontade de participar nas discussões facilitadas pelo diálogo estratégico lançado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Estamos empenhados e ativamente envolvidos em garantir o êxito deste diálogo estratégico para restaurar as perspectivas dos nossos agricultores e cooperativas agrícolas de uma forma construtiva. Para responder aos desafios que se colocam ao sector agrícola, tirar partido das oportunidades oferecidas pela investigação, inovação e novas tecnologias e contribuir para o relançamento da agricultura e da silvicultura, **o futuro mandato da Comissão deve centrar-se em quatro imperativos:**

1. O próximo orçamento da UE deve refletir os muitos desafios que os agricultores enfrentam.

2. A agenda da política comercial deve ser coerente com a ambição estabelecida no mercado interno, garantindo simultaneamente medidas de reciprocidade sólidas e assegurando a atenção às produções sensíveis da UE.

3. Quaisquer novas propostas relacionadas com o sector agrícola devem ser apoiadas por um estudo de viabilidade, discutido com as partes interessadas.

4. É necessário um Comissário para a Agricultura e as Zonas Rurais com um papel fundamental como Vice-Presidente da Comissão Europeia.

Quando faltam apenas alguns meses para as eleições [europeias] decisivas, aqueles que estão no centro da primeira política europeia comum e que acreditam no futuro da Europa aguardam ansiosamente a vossa resposta.”

O documento foi assinado pelos presidentes da COPA e do COGECA, Christiane Lambert e Lennart Nilsson, juntamente com os representantes de mais de 60 das suas organizações nos 27 Estados-membros, e enviada à presidente da Comissão Europeia, ao primeiro-ministro belga, Alexander De Croo, e a todos os Chefes de Estado da UE antes da reunião do AGRIFISH de 26 de fevereiro.

CAP DESFAZ PROMESSA DE MILHÕES DA MINISTRA



O corte nos pagamentos aos agricultores foi a gota de água que fez esporear protestos por todo o país, à semelhança dos movimentos de contestação que têm alastrado por toda a Europa. Confrontada com esta situação, a ministra da Agricultura apressou-se a anunciar, a 31 de janeiro, um “Pacote de Apoio ao Rendimento dos Agricultores” no valor de 500 milhões de euros, que depois corrigiu para 440 milhões e, por fim, o Conselho de Ministros de 8 de fevereiro esclareceu serem 320 milhões de euros.

A CAP fez as contas e concluiu que:

- Este pacote de apoio consiste em 200 milhões de euros para fazer face à seca, repartidos igualmente para 2024 e 2025. Dos 100 milhões relativos a este ano, 30 milhões já estavam na realidade comprometidos com a compensação pela perda de rendimento devido à seca no Algarve. Os restantes 70 milhões de euros são destinados à eventual seca que venha a verificar-se nas outras regiões do território de Portugal Continental. Dos 100 milhões relativos ao ano seguinte, serão 70 milhões para a seca no Algarve, e os restantes 30 milhões para a seca que vier eventualmente a verificar-se em outras regiões. Ou seja, na realidade, terá de haver seca em 2025 para que este apoio de 100 milhões venha a concretizar-se.
- Reversão integral dos cortes recentemente anunciados, de 35% e 25% nos montantes a pagar aos agricultores, respetivamente ao abrigo dos ecorregimes de Agricultura Biológica e de Produção Integrada, no valor de 60 milhões de euros, na sequência dos contactos com o governo desenvolvidos pela CAP. Este, sim, corresponde efetivamente a um montante verdadeiramente acrescido às verbas da PAC.
- Aplicação de 60 milhões de euros para o que está em falta nas medidas Agroambientais, o que na realidade constitui uma obrigação do Estado português e que já teria de ser efetuada de qualquer forma, não podendo por isso ser considerada um ganho acrescido.

EM RESUMO: MONTANTES ANUNCIADOS

Apoio à seca (2024 + 2025)	200M€
Reversão dos cortes anunciados (condicionado a autorização de Bruxelas)	60M€
Medidas agroambientais 2023 - reforço	60M€
TOTAL	320M€

PACOTE DE APOIO À SECA (200 MILHÕES)

	2024	2025	
Algarve	30 M€	70M€	Já comprometido anteriormente
Restante Território	70M€	30M€	Apenas em caso de seca
TOTAL	100M€	100M€	

MONTANTES DE APOIO A DISPONIBILIZAR EM 2024

Total de Apoios Anunciados pela Ministra	320M€
Total de Novos Apoios para 2024 (ainda não existente anteriormente)	60M€

Segurança alimentar e sanidade vegetal passam das DRAP para a DGAV

dgav
Direção Geral de Alimentação e Veterinária

A partir de 1 de março, as atribuições das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, em matéria de controlo no âmbito da segurança alimentar e da sanidade vegetal, transitam para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, tal como já tem sucedido nas restantes regiões. No imediato serão mantidos os pontos de contacto para as várias matérias

existentes nas DRAP referidas. No entanto, os pagamentos respeitantes a taxas e montantes associados aos serviços prestados nos domínios da segurança alimentar e sanidade vegetal deverão ser efetuados através do IBAN da DGAV. Esta determinação dá cumprimento ao disposto no número 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de maio.

Calendário de pagamentos



IFAP
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

O IFAP atualizou em 20 de fevereiro o Calendário Indicativo de Pagamentos das Ajudas do Pedido Único no Continente - Campanha 2023 (*).

AJUDA/APOIO	Pagamento
23 fevereiro	
Culturas permanentes e paisagens tradicionais	100%
Planos zonais agroambientais	100%
Maneio da pastagem permanente	1ª prestação
Mosaico agroflorestal	100%
Conservação do solo – Sementeira direta	100%
Conservação do solo – Enrelvamento	100%
Conservação do solo – Pastagens biodiversas	100%
PDR 2020 M7.3.1 Pagamentos rede Natura	100%
PDR 2020 M8.1.1 Florestação de terras agrícolas e não agrícolas	100%
PDR 2020 M8.1.2 Instalação de sistemas agroflorestais	100%
RURIS – Florestação de terras agrícolas – Prémio por perda de rendimento	100%
27 de fevereiro	
Uso eficiente da água	100%
25 março	
Pagamento à multiplicação de sementes certificadas	1ª prestação
Promoção da fertilização orgânica	1ª prestação
Melhorar a eficiência alimentar animal	1ª prestação
Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos	1ª prestação
Práticas promotoras da biodiversidade	1ª prestação
Montados e lameiros	100%

(*). Calendário provisório, sujeito a alterações decorrentes de situações excecionais. O pagamento dos apoios FEADER nas datas indicadas está condicionado à existência de disponibilidade orçamental.

Nota: Em caso de dúvida ou divergência quanto ao valor do pagamento efetuado pelo IFAP, ou às reduções ou exclusões aplicadas aos pedidos de pagamento nos termos da regulamentação comunitária e legislação nacional aplicável, o beneficiário pode, querendo, informar o Conselho Diretivo do IFAP por escrito sobre o que lhe oferecer, no prazo máximo de quinze dias úteis, a contados da data do pagamento, sem prejuízo do recurso aos meios de impugnação contenciosa legalmente previstos.

Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se! Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima da Freitas, 1P1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Caça ao javali autorizada em algumas ZCT



Com exceção de montarias, é autorizada a caça ao javali em zonas de caça turística (ZCT) com dimensão inferior a 400 hectares, podendo as entidades gestoras das mesmas alterar os seus Planos de Ordenamento e Exploração Cinegética (POEC) para o efeito.

A decisão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) surge num contexto em que a população de javalis em Portugal Continental está acima da capacidade de suporte do meio, sendo importante reduzi-la de forma a evitar prejuízos na agricultura e eventuais acidentes rodoviários. Por outro lado, a exploração de um número diminuto de espécies nestas ZCT conduz a uma sobre-exploração dessa espécie ou grupo de espécies.

Desta forma, nas ZCT com menos de 400 hectares, onde, de acordo com o Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, só pode ser explorada uma espécie ou grupo de espécies, entende-se que o javali deve ser incluído em todos os “grupos de espécies”, atendendo à necessidade de controlar a população, bem como às conclusões do Plano Estratégico e de Ação do Javali em Portugal: javali e mais uma espécie ou javali e pombos, ou patos, ou tordos, permitindo assim aumentar a taxa de extração do javali nestas zonas durante o período de caça, definido nos Planos de Ordenamento e Exploração Cinegética.

Fica excluída a caça pelo processo de montaria, sendo permitido o processo de espera, ou de pequenos “ganchos” que não colocuem em causa a segurança dos caçadores. As entidades titulares ou gestoras de zonas de caça interessadas em realizar medidas de correção de densidade de javalis podem requerer estas ações junto do ICNF.

Posição de Portugal no Conselho de Agricultura



Na sequência do AGRIFISH de 26 de fevereiro, o Ministério da Agricultura emitiu um comunicado onde declara a sua posição em defesa do “reforço da ambição no campo da simplificação administrativa e no que respeita ao ajustamento das regras regulamentares.”

De acordo com a nota publicada,

Portugal propôs:

- Flexibilidade entre pilares e reforçar os apoios ao rendimento aos agricultores
- Alterações na BCAA 7 sobre rotação de culturas com vista a uma aplicação com maior flexibilidade às condições naturais da nossa agricultura.
- Derrogação da norma que prevê a revisão dos planos estratégicos para integração, durante o período de programação, já de si muito curto, das sucessivas alterações na legislação decorrente do Pacto Ecológico.
- Apoio à iniciativa da CE em examinar todos os instrumentos, à disposição, com vista à melhoria da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e lutar contra práticas comerciais desleais.

A ministra da Agricultura considerou “essencial que a Comissão apresente nas próximas semanas, medidas mais ambiciosas com impacto de curto, médio e longo prazo”, adiantando que existe a intenção de atuar a vários níveis:

- Flexibilizar, de forma permanente, as BCAA 1, 6, 7 e 8 e a introdução de exceções às sanções em 2024.
- Serão emitidas novas guidelines sobre cláusulas de força maior e condições excecionais.
- Definição de cláusulas de salvaguarda e um traço de emergência para a importação de ovos, frangos e açúcar da Ucrânia.
- Reflexão sobre a possibilidade de transferência de algumas regras obrigatórias da condicionalidade para os regimes voluntários dos ecorregimes.

Comissão admite alternativas na prática de pousio



O Regulamento de Execução da Comissão Europeia nº 587/2024, relativo à derrogação à BCAA 8 (Boas

Condições Agrícolas e Ambientais – Proteção e Qualidade da Biodiversidade e da Paisagem) inclui a obrigação de manter 4% das terras aráveis com elementos não produtivos, incluindo terras em pousio.

Cabe a Portugal decidir se é permitido aos agricultores, no Pedido Único de 2024, cumprir com a BCAA 8, da forma alternativa agora regulamentada ao nível comunitário, saber:

“Manter 4% das terras aráveis com elementos não produtivos (incluindo pousio) E/OU culturas fixadoras de azoto E/OU culturas

secundárias (catch crops), sem recurso ao uso de produtos fitofarmacêuticos.”

A derrogação aprovada permite que os agricultores, no limite, não dediquem qualquer percentagem da sua área de terra arável a elementos não produtivos (pousio incluído), desde que semeiem 4% da sua terra arável com culturas fixadoras de azoto ou culturas secundárias.

Caso Portugal pretenda aplicar a derrogação, deve notificar a Comissão. A decisão que seja tomada será retroativa a 1 de janeiro de 2024.

CONCURSO DE FOTOGRAFIA Raças de Animais Autóctones de Portugal

Estão abertas até 30 de abril as inscrições ao concurso fotográfico dedicado à divulgação das raças autóctones de espécies pecuárias e caninas que constituem o património histórico e cultural português.

Para contrariar o grande desconhecimento do público sobre este património genético o Polo de Inovação da Fonte Boa do INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária) promove este Concurso que contempla 9 categorias: uma por cada grupo de espécie autóctone oficialmente reconhecidas (8), e mais uma para raças não autóctones.

As espécies e as raças são as seguintes: Asininos (2 raças), Bovinos (16), Caprinos (6), Equinos (4), Galináceos (4) Perís (1), Ovinos (16), Suínos (3), Canídeos (11)

O Concurso está aberto a maiores de 18 anos, residentes em Portugal continental e Ilhas, e cada concorrente pode apresentar até 3 fotografias, enviadas por email para o endereço news.fonteboa@iniav.pt

As fotografias devem ser enviadas sem assinatura ou marca de água, em formato jpeg

de baixa resolução (72 dpi, 1000 do lado maior) ou link para download das mesmas (pode usar-se o WeTransfer), mas versões em alta resolução devem ser salvaguardadas pelos participantes.

Os premiados serão contactados até 25 de maio para poderem enviar as versões em alta resolução que constituirão a Exposição a apresentar na Feira Nacional da Agricultura em junho de 2024.

CONCURSO FOTOGRAFICO
RAÇAS ANIMAIS AUTÓCTONES DE PORTUGAL
Conservar a Biodiversidade

PRÉMIOS
Grande Prémio 750 €
1º Prémio por Modalidade 150 €

EXPOSIÇÃO FOTOGRAFIAS PREMIADAS
Feira Nacional da Agricultura 2024

COMO CONCORRER
Regulamento

PRAZO DE ENTREGA ATÉ 30 DE ABRIL
news.fonteboa@iniav.pt

Informações sobre Raças Autóctones
DGAV
SPREGA



Paladin foi a única marca portuguesa finalista nos Gulfood Innovation Awards

A empresa Mendes Gonçalves, aderente ao Portugal Sou Eu desde 2013, foi a única empresa nacional nomeada para a fase final da 29ª edição do concurso Gulfood Innovation Awards 2024, que procura destacar produtos e soluções inovadoras.

A sua marca de molhos “Paladin”, foi eleita na categoria “Melhor Design de Embalagem”, com o rótulo do Molho Wok, que integra a gama Molhos do Mundo, desenvolvido em parceria com a Brandworkers 360°, competindo com outras três concorrentes.

À semelhança das restantes empresas nomeadas, a Mendes Gonçalves marcou presença na feira agroalimentar do Médio Oriente Gulfood, que decorreu entre os dias 19 e 23 de Fevereiro, no Dubai, onde foram anunciados os vencedores, definidos por um júri constituído por um painel de especialistas de diversas áreas.

A Paladin não foi a vencedora na categoria mas a sua nomeação representa um importante marco. Segundo Carlos Gonçalves, fundador e CEO da Casa Mendes Gonçalves, «Alcançar a fase final desta competição, onde são apresentadas algumas das melhores ideias a nível mundial, é motivo de imenso orgulho para nós. Estarmos entre os finalistas representa um reconhecimento significativo da nossa capacidade de nos reinventarmos constantemente, fortalecendo a posição da Paladin enquanto marca portuguesa com uma visão global»



8 a 16 de junho
Feira Nacional de Agricultura / Feira do Ribatejo

FNA24

Uma força da natureza.
Pecuária extensiva

CNEMA
SANTARÉM

70anos